

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

REBECA FARIAS DE OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA
EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes**

Santos

2015

REBECA FARIAS DE OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA
EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes**

Trabalho apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a. Dr^a. Terezinha de Fátima Rodrigues.

Santos

2015

REBECA FARIAS DE OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA
EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes**

Aprovação em: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Terezinha de Fátima Rodrigues

Prof.^a Dr.^a Luzia Fátima Baierl

Santos /2015

F224p

Farias de Oliveira, Rebeca, 1992-

O programa Bolsa Família e as condicionalidades na educação: impactos na vida dos adolescentes. / Rebeca Farias de Oliveira; Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Terezinha de Fátima Rodrigues. – Santos, 2015.

56 f. : ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada
Santista, Curso de Serviço Social, 2015.

1. Programa Bolsa Família. 2. Condicionalidades. 3.
Educação. I. Oliveira, Terezinha de Fátima Rodrigues. II.
Título.

CDD 361.3

AGRADECIMENTOS

Há tanto para agradecer, que não sei ao certo por onde ou por quem começar. Mãããe, obrigada por ser minha companheira mais fiel, por estar incondicionalmente ao meu lado e em TODOS os momentos. Raul, meu pequeno e grande herói, por ser compreensivo, quando eu não podia dar a atenção merecida, por ser esse irmão cheio de alegria e amor!

Miguel, você é parte de mim, meu irmão maravilhoso e que tenho muito orgulho. Pai, por sempre me apoiar. E ao Marcelo, por inúmeras vezes fomentar críticas em mim! Cesar, meu bem, obrigada por me trazer paz, conforto e amor. Por varias vezes transformar minhas inquietudes em sossego. Amo você.

Terezinha, minha querida orientadora, que pegou na minha mão e fez de um fantasioso projeto em um consistente trabalho de conclusão de curso, obrigada!

Thiago Mendonça, Marcelle, Carolina Valillo, lindxs, meus amigxs, irmãs de vida, foi um grande prazer conhecer vocês, pessoas que levo para minha vida toda! Crescemos juntos nesses quatro anos, lembro do dia em que nos conhecemos, exceto a Carol, claro. Posso dizer que nesses quatro longos anos, vocês trouxeram mais leveza, alegria e companheirismo. Amo vocês!!

Doroth, uma pessoa maravilhosa, extraordinariamente inteligente. Que esconde em si uma menininha super risonha, alegre e bagunceira, sim, bagunceira!!

Miguel, meu supervisor de estágio, um profissional exemplar que tive a sorte de poder me espelhar. Quando crescer, quero ser igual a você!

Dentre tantos outros que passaram por essa jornada, muito obrigada! Sem vocês minha trajetória até aqui não teria sido tão proveitosa! E que venham novas vivencias, frustrações, alegrias, cansaço e muita alegria!

Por trás de toda grande fortuna há um crime.

(Balzac)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir as condicionalidades do Programa Bolsa família, com foco na educação. O Programa Bolsa Família nasce em 2003, a partir da unificação de Programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação. Posteriormente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) também foi integrado ao Bolsa Família. O PBF é dirigido a famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que possuem uma renda mensal per capita de até R\$ 140,005. O Programa possui condicionalidades nas áreas de educação e de saúde, tais como a frequência escolar, acompanhamento do cartão de vacinas. Buscamos conhecer a compreensão de adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família sobre essa condicionalidade, suas concepções, relação com a família e escola diante de sua corresponsabilidade no Programa, uma vez que o descumprimento das condicionalidades, na maioria das vezes, é entendido como falta de responsabilidade das famílias. No percurso metodológico, ouvimos seis adolescentes, na faixa etária de 12 a 16 anos matriculados em Escolas públicas em Santos/SP. Verifica a compreensão destes adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família sobre a condicionalidade relativa à educação, abre possibilidades de conhecer, a partir deste adolescente, sua concepção sobre o Programa, como entende em seu cotidiano o cumprimento de suas corresponsabilidades, e os vínculos estabelecidos com a Escola.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família; condicionalidades; educação; adolescentes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I. POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS.....	12
1.1 A discussão das políticas sociais e programas sociais	12
1.2 Programas de Transferência de Renda no mundo	17
1.3 Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: em discussão o Programa Bolsa Família	25
CAPÍTULO II.BOLSA FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES	28
2.1 Procedimentos metodológicos	28
2.2 Concepções dos Adolescentes sobre o Programa Bolsa Família	30
2.3 Articulação da condicionalidade da frequência e a Escola	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS/APÊNDICES.....	49
1. Parecer Plataforma Brasil	49
2. Termos de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE.....	50
P/ o responsável pelo adolescente	50
3. Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido	51
P/ o adolescente	51
4. Roteiro de Questões - Grupo Focal.....	52
5. Relatoria do grupo focal.....	53

INTRODUÇÃO

O desejo de realizar a presente pesquisa decorre de provocações oriundas de estudos sobre políticas sociais em Unidades Curriculares no Curso de Serviço Social. Com o desejo de aprofundar os estudos nesta área, temos como finalidade, conhecer a compreensão de adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família (PBF) sobre a condicionalidade relativa à educação, suas concepções e como este adolescente se vê como sujeito com corresponsabilidades junto ao Programa.

Antes de falarmos sobre o Programa Bolsa Família, importante retomar os Programas de Transferência de renda. A regulamentação salarial é uma das primeiras formas de transferência de renda. O salário mínimo foi pensado partindo do pressuposto de cobertura as demandas do trabalhador, o que não aconteceu. O salário nasce como forma compensatória de um cálculo que não contempla os gastos da população.

No ano de 1990, no Brasil, são instauradas estratégias institucionais direcionadas ao enfrentamento da desigualdade social. É neste contexto que os programas de transferência de renda são instaurados. A princípio, suas origens remontam de iniciativas locais, sobretudo no Distrito Federal e municípios como Campinas e Ribeirão Preto (São Paulo). São experiências diferentes no que tange à organização, valor dos benefícios e formas de gestão, dentre outros, compartilhando uma riqueza em termos de inovações institucionais.

A partir destas experiências, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2003) foram implantados em 2001, alguns Programas de Transferência de renda para famílias em vulnerabilidade social, como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde - MS. Tais programas consistiam na complementação de renda às famílias, que, em contrapartida, assumiam uma agenda de compromissos, como a garantia de frequência escolar mínima das crianças atendidas e a participação em determinadas ações de saúde pública.

Em 2003, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve a unificação dos benefícios de transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família - PBF.

O PBF tem como alvo, famílias com a renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. A seleção acontece por meio de um cadastramento único (CAD-Único), instituído em 2001, no governo de FHC. Há condicionalidades para o acesso e permanência no Programa. As famílias que estiverem inadimplentes com as condicionalidades estão suscetíveis a uma série de sanções desde o bloqueio do benefício por um período de 30 dias até sua exclusão do Programa.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (BRASIL, 2015), o PBF está ancorado com a oferta de geração de renda e profissionalização. Evidencia-se que a transferência de renda é uma estratégia e não a única solução para o fim da pauperização e também não é isolada.

Uma das condicionalidades do PBF é que crianças e adolescentes entre seis e quinze anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes entre dezesseis e dezessete anos devem ter regularidade de, no mínimo, 75%.

Entende-se que uma forma de romper o ciclo de pauperização é por meio da educação. Historicamente muitas crianças deixavam a escola para inserir no mercado de trabalho e contribuir com a renda familiar. Para romper com o trabalho infantil, uma das condicionalidades é a frequência escolar.

Passados vários anos de implantação do PBF, como tem sido esta condicionalidade em termos de avanços na política de educação? O Brasil enfrenta uma crise muito forte na educação. Os índices baixos de aproveitamento refletem um sistema educacional com graves deficiências. Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA que mede o nível de educação nas áreas de Matemática, Ciência e Leitura, os dados são alarmantes. O exame aplicado a cada três anos, sendo o último em 2012, apontou uma pequena melhora, por conta da expansão de escolas e a maior frequência dos alunos, porém os resultados ainda são preocupantes.

O desempenho dos alunos em matemática, leitura e ciência Brasil realiza abaixo da média em matemática (situa-se entre 57 e 60), leitura (fileiras entre 54 e 56) e ciência (situa-se entre 57 e 60), entre os 65 países e economias que participaram na avaliação PISA 2012 de jovens de 15 anos. Os estudantes no Brasil marcaram 391 pontos em matemática, em média - abaixo da média da OCDE e comparável com a Albânia, Argentina, Jordânia e Tunísia. Entre Latino-Americana o Brasil fica abaixo do Chile, México, Uruguai e Costa Rica, mas acima de Colômbia. (INE/MEC, 2015).

Quanto à maior frequência dos alunos consideramos que as condicionalidades do PBF podem ser um de seus resultados. Com isto, nosso desejo em aprofundar os estudos, ouvindo os adolescentes, com famílias inseridas no Programa Bolsa Família sobre a condicionalidade relativa à educação. Outra importante questão foi verificar as concepções presentes e como o adolescente se coloca no que se refere às suas corresponsabilidades tanto na relação com a família como com a Escola.

Realizamos uma revisão bibliográfica e no primeiro capítulo, discutimos o que são programas sociais no Brasil e no mundo; a história dos programas sociais no Brasil, resgatando os primeiros programas, iniciados nos anos de 1990 no Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, até chegarmos ao Bolsa Família, explicando como foi sua inserção na sociedade brasileira. O segundo capítulo trás o percurso metodológico e a realização do grupo focal, que buscou compreender a concepção dos adolescentes sobre o Programa Bolsa Família. Neste grupo, participaram seis adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 12 a 16 anos do ensino médio, matriculados em Escolas públicas em Santos.

O trabalho buscou identificar a compreensão de adolescentes incluídos no Programa Bolsa Família, sobre condicionalidade pertinente à educação a partir da concepção destes adolescentes referente ao Programa, trazendo elementos de seu cotidiano, no que diz respeito ao cumprimento de suas corresponsabilidades.

CAPÍTULO I. POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

1.1 A discussão das políticas sociais e programas sociais

Para entrar na discussão sobre programas sociais, primeiramente é preciso discorrer sobre a construção da política social. É necessário saber, que na conjuntura do pós-guerra, o momento não era economicamente favorável, com um grande número de desemprego e a sociedade demandava respostas a essa questão. O Estado passou então a intervir na economia, a partir de elaboração de políticas sociais. Com isso, entre as décadas de 1930 e 1970, surge, nos países centrais, o Estado de Bem Estar Social (Welfare State). Para MONTAÑO & DURIGUETTO (2011: 162)

Nos países centrais, saem, no contexto do pós-guerra, para além do espaço particular da superestrutura, permeando também a estrutura econômica. E o Estado começa a intervir fortemente nos espaços da produção e do consumo, passando da superestrutura econômica; da mesma forma os conflitos econômicos são parcialmente transferidos da esfera produtiva para o mundo político do Estado democrático, deslocando o conflito capital-trabalho para a lógica da cidadania.

O Estado começa a intervir, com políticas de seguridade social para que sua nação se torne mais lucrativo e competitivo economicamente e para isso tem-se a ideia de uma sociedade mais humanizada e menos desigual. Os autores MONTAÑO & DURIGUETTO discorrem sobre três tipos de funções que o Estado passa a exercer: 1) criação das condições gerais de produção, como meio de transporte, comunicação, constituição de mercado e de um sistema monetário e desenvolvimento de um sistema educacional. 2) surgimento de repressão às ameaças que possam surgir perante ao modo de produção, polícia, exercito, sistema judiciário e penitenciário. 3) a composição das classes subalternas e legitimação da ordem, mediante o desenvolvimento vinculante da democracia e reprodução ideológica de classes hegemônicas, através da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais.

Tal qual POTYARA (2009:88) no campo social, a consequência mais notável dessa nova faceta da organização capitalista foi à prevalência de uma economia mista, por meio da qual o Estado e mercado se articularam e se co-responsabilizaram pela formulação e gerenciamento de políticas sociais, assegurando aceitáveis padrões de vida aos cidadãos, porém, contudo não altera a estrutura do capitalismo e a dominação de classes, NETTO (2012) é muito pouco promissora a criação de programas sociais já que na medida em que não se conjugam efetivamente com transformações estruturais.

Contudo, a criação da política social, se deu de forma diferenciada nos países de capitalismo periférico, como por exemplo, o Brasil, que não teve em sua história o Estado de Bem Estar Social. Segundo SPOSATI (2001)

O Brasil dentre outros países latino-americanos só reconhece os direitos sociais e humanos no último quartil do século XX após lutas sangrentas contra ditaduras militares que, embora empregando a ideologia nacionalista – ou o modelo desenvolvimentista de Estado-Nação – não praticavam (ou praticam) a universalidade da cidadania. Ao contrário de um “desmanche social”, nestes países marcados pela violação de direitos humanos e sociais até os anos setenta, vai ocorrer sim, a construção de um novo modelo de regulação social que vincula democracia e cidadania e é descentrado da noção de pleno emprego ou de garantia de trabalho formal a todos. Este modelo de regulação social se afasta da universalização dos direitos trabalhistas e se aproxima da conquista de direitos humanos ainda que de modo incipiente.

A partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8742 de sete de dezembro de 1993), a assistência consolidou-se como uma política de responsabilidade do Estado, direito do cidadão e, assim, uma política estratégica no combate à pobreza e para a construção da cidadania das classes subalternas. Ao mesmo tempo, assim como em outras áreas de política pública, de acordo com as definições legais, a gestão desta política, passa a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução.

Assim configurada, abriu-se para a assistência social, juntamente com a saúde e a previdência social, a possibilidade de se constituir como política pública

de seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado. Este aparato jurídico, ao ser aprovado, sinalizava para a superação da assistência social como caridade, assistencialismo e para sua afirmação como política social. No Artigo 1º da LOAS a assistência é assim definida:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Mesmo com o salto da concretização de direitos há que se fazer a crítica, pois a política social é construída apenas com o viés de garantir apenas o mínimo social, reduzindo minimamente as condições sociais, garantindo apenas as condições básicas para sobrevivência. Conforme SPOSATI (1997: 10)

A noção de mínimos sociais não é antagônica ao suposto neoliberal da seletividade e focalismo. Mas é sem dúvida alguma ao princípio liberal que entende o enfrentamento dos riscos (sociais e econômicos) como de responsabilidade individual e não social (...). Propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir a todos os seus cidadãos. Trata-se de definir o padrão societário de civilidade. Neste sentido ele é universal e incompatível com a seletividade ou focalismo. A forte desigualdade econômico-social nos países de inserção subalterna no mundo econômico traz como impacto na regulação social tardia uma redução do alcance da política social. Desloca-se a cobertura e a noção de demanda da universalidade dos cidadãos para reinscrevê-la como limitada àqueles com baixa ou inexistente capacidade de consumo no mercado. Esse procedimento focaliza as políticas sociais nos mais pobres, o que resulta em equivaler a provisão social em atenção à pobreza. Neste caso, ocorre também uma precarização dos serviços já que dirigidos aos mais pobres e, ao mesmo tempo, a má qualidade e precária cobertura das políticas passa a ser mais um agravante da miserabilidade dos “cidadãos potenciais”.

Segundo (SPOSATI, 2002), trás a crítica de que a política social se torna padronizada nos mais pobres, restringindo assim o acesso e a garantia de universalização da política social. Essa focalização, segunda a autora é um reflexo da regulamentação social tardia, que segundo SPOSATI(2001)

Caracteriza-se regulação social tardia como países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no final do século XX e pelo qual reconhecimento legal não significa que esteja sendo executado, entende-se, que podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. Portanto, não acabariam os enfrentamentos dos movimentos sociais pela inclusão de necessidades de maioria e de minorias na agenda pública. Uma característica das ações do Estado no campo social em países de regulação social tardia é a de responder frágil e temporariamente aos direitos sociais. Falo da ausência de consolidação do direito social na agenda pública e sua transmutação em programas sociais particularizados por partidos políticos e em diversos níveis nacional, regional ou local. Assim ocorre uma tensão heterogênea pelo conceito ou amplitude do direito a partir de ideologias políticas. A conquista do direito social supõe um pacto entre Sociedade-Mercado-Estado sob a égide da universalização da cidadania. Nos países de regulação social tardia, o impacto neoliberal¹ se traduz pela fragilidade desse pacto ou até mesmo pela sua inexistência, já que a cultura de direitos sociais a políticas sociais é substituída por ações sociais e não, propriamente, por políticas sociais públicas duradouras. Elas se transformam em programas de governos, com isto desmanchando “a possibilidade” da “responsabilidade pública” efetiva. Chamo atenção para o conceito de desmanche da possibilidade e não da condição real já alcançada. (SPOSATI, 2001:6)

SPOSATI levanta a discussão de que a falta de consolidação do direito social trás prejuízos, já que o direito social é transmutado em um programa, que por sua vez não tem garantia de sua continuidade. Embora o Estado brasileiro a partir dos anos 90, tenta responder a questão social, com a criação de Programas sociais, incorporados de forma fragilizada e focalizada nos grupos mais pobres. Segundo TELLES (1998)

As novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; e os efeitos ainda não inteiramente conhecidos do atual desmantelamento dos (no Brasil) desde sempre precários serviços públicos, mas que nesses tempos de neoliberalismo vitorioso, ao mesmo tempo em que leva ao agravamento da situação social das maiorias, vem se traduzindo em um estreitamento do horizonte de legitimidade dos direitos e isso em espécie de operação ideológica

¹ Para BEHRING (2001) definição do neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

pela qual a falência dos serviços públicos é mobilizada como prova de verdade de um discurso que opera com oposições simplificadoras, associando Estado, atraso e anacronismo, de um lado, e, de outro, modernidade e mercado. Operação insidiosa que elide a questão da responsabilidade pública. E descaracteriza a própria noção de direitos, desvinculando-os do parâmetro da justiça e da igualdade. (TELLES, 1998:35)

TELLES, pontua como a não legitimidade e universalização do direito social, trás prejuízo para a identificação de direitos sociais, trazendo a discussão de como o anacronismo do Estado é intrínseco com a política neoliberal, uma vez o direito social transmutado em um programa social, não a garantias de continuidade do Programa, transferindo a responsabilidade para o usuário. Consonante á afirmação SPOSATI (2001)

As “políticas sociais” que operam sob a égide da alta rotatividade... Encurtam-se o alcance em tempo de duração dos programas sociais para que garantam alta rotatividade e deem mais resultados nos números e não propriamente na condição de vida dos cidadãos. Os usuários no caso, não têm direito ao tempo de permanência e acesso ao programa que é estabelecido sem perspectiva de consolidação de um direito. Não se trata de um direito permanente. O acesso é determinado por um ano, meio ano, dois anos. Não ocorre a inclusão da perspectiva indenizatória àqueles que tiveram seus direitos negados por muito tempo. (SPOSATI 2001:3)

Perante a afirmação de SPOSATI, os programas sociais focalizados têm como signo a alta rotatividade, que se caracterizam por seu modelo de condicionalidades, focalização e tempo de permanência no Programa. ZIMMERMANN (2006: 41), enfatiza,

Uma bolsa indica algo temporário, passageiro, que possui um prazo para terminar, sem levar em conta a situação de vulnerabilidade das pessoas. Um direito não pode se concebido na forma de bolsa, temporariamente, mas como algo permanente, a ser auferido enquanto houver um quadro de vulnerabilidade social.

Sendo assim, há uma distinção sobre a política social que ela sim constitui em uma ação continua e que pode ter a cobertura de algum programa social. Ou seja, um programa social que se constitui de algum projeto, que surge como forma de resposta há alguma demanda de necessidades de uma população, que agregue a esses cidadãos que demandaram algum tipo de necessidade. Ao ser estipulado,

deve mostrar como se coloca para as demandas da população, como pretende atendê-las. Estes programas, uma vez colocados em prática, podem estar sujeitos à superação em qualquer momento ou sofrer mutações, pois não está concretizado como uma política pública.

1.2 Programas de Transferência de Renda no mundo

Para ZIMMERMANN & SILVA (2009) os países nórdicos da Europa são os primeiros a adotar programas de transferência de renda, entretanto sua aplicabilidade se dá de forma diferente entre os países. Os Programas foram introduzidos no Reino Unido, na Finlândia e na Suécia em 1948. Já na Alemanha em 1961.

Segundo ZIMMERMANN & SILVA (2009) uma pessoa desempregada e sem aportes de renda receberia 347,00 euros, caso não tenha condições de sobreviver sozinha e/ou de receber ajuda dos familiares. Se cônjuges viverem em um domicílio sem rendimentos, o valor acrescido para a segunda pessoa seria de mais 80%, ou seja, 312,00 euros. Essas despesas estavam previstas para auxiliar na garantia do direito à alimentação e vestuário. Além dos benefícios supramencionados, o Estado também custeava despesas com moradia, providenciando uma moradia popular e/ou pagando as despesas do aluguel diretamente ao locador. O auxílio moradia é determinado pelo número de moradores no domicílio. E se tratando de um morador, o tamanho mínimo da moradia deve ser superior a 45m². No caso de cônjuges, o tamanho mínimo será de 60m². Para cada filho, será acrescido ao tamanho da moradia mais um quarto. Em virtude dessa política, os autores afirmam que o auxílio-moradia contribuiu fundamentalmente para que não existam favelas naquele país. Aliado a esses benefícios, o Estado responsabiliza-se pelo pagamento do seguro de saúde das famílias beneficiárias, uma vez que na Alemanha não existe um sistema público de saúde como no Brasil ou Inglaterra. O seguro de saúde custa em torno de 150,00 Euros por pessoa. Ressalte-se que no período do inverno,

paga-se ainda um auxílio calefação para os beneficiários. Os benefícios prevalecem enquanto persistir a situação de carência material, podendo durar a vida toda, não existindo, portanto, um período de tempo determinado em que o mesmo deve ser repassado às famílias.

Benefício	Domicílio com uma pessoa	Domicílio com duas pessoas
Auxílio Alimentação	347,00 Euros.	312,00 Euros por pessoa (80%) Total de 659, Euros.
Auxílio Moradia 45m ² a 60 m ²	245,00 Euros mínimo 45m ² .	400.00 Euros, mínimo 60m ² .
Seguro Saúde	150,00 Euros.	300,00 Euros
Auxílio Calefação	10,00 Euros.	20,00 Euros
Total	752,00 Euros	1.379,00 Euros

Fonte: ZIMMERMANN & SILVA, 2009, página: 4.

ZIMMERMANN & SILVA (2009) frisam que cerca de 1/3 da população da Alemanha já utilizaram em algum momento da vida os programas de transferência de renda. Ou seja, não há focalização em algum grupo social, sendo assim a marginalização é confrontada, pois o Programa pode ser acessado a qualquer momento por qualquer cidadão alemão.

Torna-se explicitado quando vemos economicamente e socialmente os países europeus, por exemplo, a Dinamarca. Segundo ZIMMERMANN & SILVA (2009), a taxa de pobreza em 1997 (porcentagem de pobres entre a população fixada em 60% da média nacional), era de 29% antes das transferências de renda por parte do Estado. O potencial desse Programa é a não focalização de grupos sociais, sendo assim sua aceitação se dá de forma natural e homogênea, pois a qualquer momento todo cidadão pode solicitar.

No caso da França, segundo ZIMMERMANN & SILVA (2009), os programas de transferência de renda começaram a partir de 1988, com a instituição do RMI

(Revenu Minimum d "Insertion) pautada na reinserção do profissional ao mercado de trabalho. Pode ser entendida como um programa focado nos grupos vulneráveis frente à desqualificação profissional por conta das mudanças recentes no mercado de trabalho. O programa de transferência de renda, com caráter nacional e valor máximo pago mensalmente de aproximadamente US\$ 400, sob a perspectiva que esse cidadão não receba mais nenhum tipo de auxílio; se isso acontecer este valor estipulado caiu para US\$ 330. Os autores ainda pontuam que todo cidadão se que é contemplado com o programa de transferência de renda, também tem acesso ao auxílio moradia e cobertura integral á saúde, oferecido pelo sistema público. Em contrapartida é imposto para todos que participam do programa de transferência de renda, a participação em um contrato de inserção que expressa que este beneficiário está à disposição para realizar cursos de aperfeiçoamentos, treinamentos ou recapacitação e passível também à obtenção de empregos. Não existe restrição de tempo para a obtenção do programa, a eliminação é feita de modo automático, porém não de uma maneira súbita, acontece quando o montante familiar ultrapassa US\$ 1 mil.

Já no caso da América Latina para ZIMMERMANN & SILVA (2009), há de se ressaltar que não houve em sua história o momento conhecido como Bem Estar Social e que os programas de transferência de renda foram introduzidos tardiamente, por volta dos anos 1990, embora discrepante a desigualdade social, desses países que tiveram à inserção tardia no capitalismo e que carregam heranças de ditaduras sangrentas.

Nestes países, os programas de transferência de renda se dão de forma focalizada, sendo direcionado para os grupos mais vulneráveis. Por ser focalizado e não universal, os programas geram debates acirrados sobre sua necessidade e existência já que muitas vezes não são vistos como um direito, mais sim como benevolência para certo grupo que, no imaginário de muitas pessoas, preferem ficar escoradas e cultivando o ócio.

De acordo com ZIMMERMANN & SILVA (2009), o México é um dos países da América Latina que adotou o programa de transferência de renda, chamado

como Progressa, criado em 1997 que apoia famílias rurais em extrema miséria. Com alteração de nomenclatura em 2001, passa a ser denominado “Programa de Oportunidade”, com o objetivo de atender famílias em situação de fragilidade em áreas urbanas. Dentre os critérios, atendimento de famílias com crianças e jovens entre 8-21 anos, regularmente matriculadas em escolas; de lactantes de 4-24 meses e crianças de 2-5 anos que apresentam desnutrição. O valor estipulado é em média de 60 pesos mensais, podendo chegar até 195 pesos mensais. As contrapartidas deste Programa são segundo os autores ZIMMERMANN & SILVA (2009): a frequência escolar, que estipula a frequência de 85%, afim de reduzir a evasão escolar. Também é exigida a vacinação de crianças até cinco anos, acompanhamento médico para gestantes e cumprimento de consultas médicas.

Outro país que implantou o programa de transferência de renda, segundo SOARES (et. ali, 2007), foi o Chile que ficou conhecido como “Chile Solidário”, criado em 2002 que tinha como foco 225 mil famílias em extrema pobreza. O programa consistia em três itens: I) Apoio à família por parte de um assistente social; II) subsídios monetários e III) acesso prioritário a outros programas de proteção social. Para o ingresso, as famílias eram remetidas ao programa Puente, assentado em determinada pontuação baseada em um formulário que a família era submetida. Esse índice se baseia em uma série de subgrupos como educação, qualidade da moradia, renda e acesso ao mercado de trabalho.

Os autores SOARES (et. ali, 2007), completam que no Programa Chile Solidário, a família passa a ser acompanhada por um assistente social e começa a receber uma renda complementar, conhecida como “Bono de proteccion”. Sua particularidade é que o valor monetário é decrescente, ou seja, a família começa a receber uma quantidade que ao final do programa não será o mesmo, sendo este valor pago as mulheres chefes de família. Se após esses dois anos a família ainda se encontrar em estado de pauperização, poderá receber um montante monetário, o “Subsidio Único Familiar”, que preza o acesso aos serviços públicos para que essa família rompa com o ciclo de pobreza, se por acaso essa família saia desse ciclo, automaticamente será excluída do programa.

Programas de transferência de renda na América Latina nascem na ótica de focalização. Essas ações, normalmente, não são vistas como direito social, mas como uma benevolência e caridade do governante. Nessa totalidade, pode-se sustentar que os programas de transferência de renda em curso na América Latina apresentam-se fortemente a partir de condicionalidades e critérios de seleção que contemplam os mais pobres. Com isso, a construção universal de cidadania e a superação das intensas desigualdades sociais nesses países vêm sendo construída e pensada sob uma ótica residualista de diminuição da pobreza onde a dignidade como direito de cidadania não garantem direitos.

No Brasil, segundo SUPPLY (2003) a renda mínima começou a ser pensada em 1975, introdução de uma garantia de renda mínima através do imposto de renda negativo. Cada pessoa com 25 anos de idade ou mais, com renda mensal abaixo de US\$ 150,00 teria direito de receber uma renda complementar igual a 30% (ou até 50% dependendo da disponibilidade de fundos e da evolução do programa) da diferença entre aquele valor e o seu nível de renda.

Em 1995 o programa de transferência de renda se torna real, titulado como Renda mínima em alguns municípios como, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Campinas, dentre outros. Embora a essência do programa de transferência fosse a mesma, havia distinções na forma de cada município.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, especialmente para crianças entre sete e quinze anos, que estavam atuando, ou as que estavam à beira de ter sua experiência de trabalho, em locais insalubres, tais como: canaviais ou carvoarias.

O PETI tinha dois seguimentos, para crianças em áreas urbanas, que recebiam cerca de quarenta reais e as crianças em áreas rurais que por sua vez recebiam uma bolsa de vinte e cinco reais. Os municípios recebiam uma verba para a complementação e aplicação de atividades para o aumento da jornada escolar, para que assim, as crianças de modo geral, sem restrições aos não beneficiários, não tivessem tempo para uma jornada de trabalho. Sua condicionalidade era de que

as crianças até dezesseis anos não trabalhassem e que tivessem 75% de presença escolar.

Temos em 2001, o Bolsa Escola sendo o público alvo famílias cuja renda familiar per capita se situava abaixo de R\$ 90,00, com a contrapartida de frequência escolar mínima de 85% no ano para crianças de 6 a 15 anos. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto estipulado de R\$ 45,00 por família, e era o Ministério da Educação que era responsável pela manutenção do programa. Pouco tempo após a criação do Bolsa Escola, foi criado o Bolsa Alimentação, que tinha suas contrapartidas baseadas no cuidado à saúde, tais eram: aleitamento materno; exames pré-natais para gestantes; e vacinação das crianças.

No governo de FHC (1995-2003) foram implantados em 2001, alguns Programas de Transferência de renda para famílias em vulnerabilidade social, como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde – MS.

Tais programas consistiam na complementação de renda às famílias, que, em contrapartida, assumiam uma agenda de compromissos, como a garantia de frequência escolar mínima das crianças atendidas e a participação em determinadas ações de saúde pública. A década de 90 fica marcada pela grande inflação e ramificações da questão social, assim o Estado brasileiro, intervém com respostas imediatas aos mínimos sociais, com transmutação de direitos sociais em Programas.

O Programa Comunidade Solidária, proposto por FHC em 1995, era focalizado a grupos de extrema pobreza. Este Programa, captava recursos de “parcerias”, de diferentes segmentos da sociedade, como empresas, igrejas e outros. Seu fundamento era baseado na solidariedade, para combater a fome. “Não por acaso, onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia” (Telles, 1998:19).

Este Programa traz incoerência com a legitimação dos direitos sociais pautados na Constituição de 1988, pois busca combater a condição de

pauperização, com a refilantropização dos direitos sociais, desresponsabilizando o Estado e retomando a lógica do assistencialismo, segundo YASBEK (2004), esse era o desdobramento do Programa Comunidade Solidária.

O Programa Fome Zero, segundo YASBEK (2003), surge em um momento de refilantropização dos direitos sociais, por conta do Programa Comunidade Solidária, surgindo em 2003, no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como meta garantir a todos os brasileiros, três alimentações diárias de qualidade. Segundo SUPLICY (2003:63) “o programa foi criado para ajudar a população a superar a sua situação de exclusão.” Segundo YASBEK (2003:106)

A metodologia apresentada no projeto do Programa Fome Zero, o ponto de partida a Linha de Pobreza – LP do Banco Mundial, que corresponde a US\$ 1,00/dia, considerada uma linha de pobreza extrema. A partir dela foi realizado um processo de regionalização e de distinção das zonas urbana e rural. Com base nas linhas de pobreza regionalizadas, calculou-se o número de famílias 3 e de respectivas pessoas pobres. Os resultados apontam um público potencial de 44.043 milhões de pessoas que constituem 9.324 milhões de famílias, cujas características são detalhadamente apresentadas no projeto. Finalmente, é apresentada uma síntese em que são retomadas as causas da fome no país: - a insuficiência da oferta de produtos agropecuários; - problemas relativos à intermediação – distribuição e comercialização; - falta de poder aquisitivo da população decorrente dos altos níveis de desemprego e subemprego. O documento afirma que, historicamente, essas três causas têm-se revezado, mas, neste início de século XXI, a principal causa da fome está na insuficiência da demanda efetiva causada por concentração de renda, baixos salários, desemprego e baixos índices de crescimento econômico, componentes endógenos do atual padrão de crescimento e, portanto, resultados inseparáveis do modelo econômico vigente (gerando um círculo vicioso da fome)

Para YASBEK (2003), o caráter do Programa Fome Zero se torna dicotômico, pois ao mesmo tempo em que faz a tentativa de combater a questão social, mas também trás a tona a questão da focalização apresentando um risco de que este Programa, permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral de prestar socorro aos pobres, e sendo assim, não concretizando como direito social.

É evidente que uma “cruzada solidária” contra a fome tem grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo); mas, é também, mais do que sabido, que é preciso enfrentar no âmbito da esfera pública as causas da fome e da pobreza (e não apenas abordá-la emergencialmente). YASBEK (2003:109.)

Uma das ações do Programa Fome Zero, foi a implementação do Cartão-Alimentação que consistia em transferência de R\$ 50,00 para famílias cuja renda não inteirava um salário-mínimo, seu uso era restrito à compra de alimentos. E também a criação de restaurantes populares, com intuito de ofertar uma alimentação saudável e balanceada com preço acessível a população. Cada programa de transferência de renda tinha sua gestão, não eram unificados.

Para YASBEK (2003) o Programa Fome Zero apesar de seu grande apelo simbólico tal como o Programa Comunidade Solidária, não apresentou inovações, pelo menos em seu desenho concreto inicial, embora em sua proposta original ficasse explícita a perspectiva de associar o objetivo de a segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social e a medidas de cunho mais estrutural. Assim como aponta SPOSATI (2002)

Falo da ausência de consolidação do direito social na agenda pública e sua transmutação em programas sociais particularizados por partidos políticos e em diversos níveis nacional, regional ou local. Assim ocorre uma tensão heterogênea pelo conceito ou amplitude do direito a partir de ideologias política.

O Brasil, assim não tem sua história de direitos sociais desvinculada com o restante da América Latina, que tem como signo a transmutação do direito social em Programas sociais focalizados e tipicamente voltada a uma identidade partidária. Para SPOSATI (2012: 43).

Estes programas de “transferência de renda” têm sido difundidos. No Brasil, por exemplo, são múltiplos: vale-gás, vale-comida, vale-escola, vale-erradicação do trabalho infantil etc. Muitos desses “vales” têm por teto cinco dólares por mês por usuário, o que os torna mais simbólicos do que efetivos para o poder aquisitivo dos seus beneficiários. Mais ainda, como grande parte da gestão social ainda mantém a presença das primeiras damas, as mulheres dos governantes, o acesso aos vales é mediado por fortes manifestações

de populismo, como o das solenidades públicas de distribuição dos vales pelos governantes e suas esposas desfazendo a noção de direito pela de benesse. Estes modos patrimoniais de gestão do social permanecem no terceiro milênio, confundindo dádiva com direito

A autora pontua a questão do retrocesso na questão social, em que a ausência de concretização de direitos sociais, dá espaço para a refilantropização da questão social. Para SPOSATI (2011)

Já em 2003, no Governo Lula, houve mudanças na execução dos quatro programas de transferências de renda que foram unificados. Este programa ficou conhecido como “Bolsa família”. A unificação foi considerada um avanço em questão de centralidade em apenas um programa, evitando a fragmentação e clareza sobre o órgão responsável pela implementação e manutenção do Programa.

1.3 Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: em discussão o Programa Bolsa Família

Segundo o MDS (BRASIL, 2015), o Programa Bolsa Família (PBF) tem como meta a eliminação da pobreza, oferecendo suporte para que a família tenha condições de superação da situação de pobreza ou extrema pobreza, para isso o programa está vinculado com a oferta de geração de renda e profissionalização do beneficiário, tendo como alvo famílias com a renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Este corte de renda não necessariamente contempla a população, pois por vezes a seleção de beneficiários acontece por meio de um cadastramento único (Cad.-Único), instituído em 2001, e que tinha por finalidade a formalização de possíveis candidatos. O PBF define uma série de cumprimentos de condicionalidades para o acesso ao benefício, tal medida é uma justificativa de prevenção para que os usuários tenham acesso a outras políticas sociais, para que haja superação da pobreza. Sendo assim, o PBF é uma iniciativa para que o usuário se integre as políticas básicas para que rompa um ciclo de pauperização.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social- MDS (BRASIL, 2015), as famílias que possam estar inadimplentes com as condicionalidades, serão bloqueadas e estarão suscetíveis á uma série de sanções, desde o bloqueio de seu benefício por um período de 30 dias, ou até sua exclusão do programa. Para que o município tenha o ofertamento dessa política, há um termo de responsabilidade para que a população tenha acesso às outras políticas, como educação e saúde. Para que se houver descumprimento das condicionalidades, a responsabilidade seja exclusiva do usuário.

Conforme o MDS (BRASIL, 2015), o PBF está afirmado com a oferta de geração de renda e profissionalização. Para isso, uma das condicionalidades do PBF é que crianças e adolescentes entre seis e quinze anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes entre dezesseis e dezessete anos devem ter regularidade de, no mínimo, 75%.

Para PIRES (2013), o pressuposto desse entendimento é que os filhos das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, por meio do acesso aos serviços de educação e saúde, aumentariam suas possibilidades de entrar no mercado de trabalho, gerar renda e sair da condição de pobreza quando adultos. Entende-se que uma forma de romper o ciclo de pauperização é por meio da educação. Historicamente muitas crianças deixavam a escola para inserir no mercado de trabalho e contribuir com a renda familiar. Para romper com o trabalho infantil, uma das contrapartidas é a frequência escolar. Na criação da condicionalidade da frequência escolar o objetivo era romper o fato de criação de um círculo vicioso já que as crianças, ao entrarem cedo no mercado de trabalho, diminuiriam a sua escolaridade e reduziriam drasticamente suas chances de sair da pobreza quando adultas.

Como forma de romper este ciclo de transmissão intergeracional, o Estado deveria garantir uma renda familiar compatível com acréscimo gerado pelo trabalho infantil, de maneira a possibilitar o incremento da escolaridade das crianças e aumentar suas chances de saírem da pobreza quando adultas. (PIRES,2003: 518)

Sendo assim, a transferência de renda seria capaz de superar o trabalho infantil, se o montante monetário fosse de fato correspondente com a necessidade da família, facilitando a entrada, permanência e vinculação da criança na escola.

Sendo assim, PIRES (2003) pontua que também há de se pensar que a partir desde ponto de vista, a educação se resume apenas em um investimento, para acumulação de capital. Assim, os processos educativos deixam de ser fundamentais no sentido amplo, na valorização de um conjunto de habilidades e prazeres.

Segundo PIRES (2013:521)

Em linhas gerais, que o ingresso na escola e a permanência nela não oferecem, por si só, possibilidades de maior mobilidade social se não for levada em conta a qualidade do ensino oferecido às modernas sociedades ocidentais, tendo em vista a forma como organizam a sua produção e consumo, tendem a ter um contingente cada vez maior de desempregados qualificados pondo em dúvida a correlação entre maior escolaridade e emprego. Os valores pagos às famílias cobertas pelo PBF não estão sendo suficientes para coibir o trabalho infantil, de acordo com a PNAD de 2006, fazendo com que muitas crianças ou jovens tenham que trabalhar e estudar, ao invés de simplesmente brincar e estudar, comprometendo a educação dessas pessoas.

Entende-se que a partir dessas contrapartidas, é possível detectar um teor de culpabilização da situação de vulnerabilidade do sujeito, por conta das contrapartidas exigidas e conseqüentemente a responsabilização individual na superação da pauperização.

Está alta rotatividade dos Programas sociais como SPOSATI(2001) pontua, pode se exemplificar para além do tempo de permanência da família no programa, mas, também pela responsabilização total do indivíduo em superação da pauperização. Sem levar em consideração as outras vertentes, como à qualidade dos serviços públicos prestados, o valor monetário do programa e também a aplicabilidade da vida de seus usuários, como as crianças e adolescentes levam sua vida escolar, perante um policiamento exercido pela contrapartida da frequência escolar, sob a ameaça de ser sancionado eventualmente cortado do PBF.

CAPÍTULO II.BOLSA FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES

2.1 Procedimentos metodológicos

Realizamos neste trabalho, a pesquisa qualitativa. Segundo GODOY (1995) um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte devendo ser analisado numa perspectiva integrada. A pesquisa qualitativa abre possibilidades do contato direto com os participantes, em uma abordagem que permite a troca de experiências e significados atribuídos às suas vivências.

Com isto, nossa intencionalidade de ouvir adolescentes no que se refere à sua inserção e vinculação com a Escola, tendo como parâmetro a condicionalidade do PBF, onde, para sua família continuar no Programa, a frequência é um fator de exclusão ou inclusão.

Conforme VEIGA & GONDIM (2001), o grupo focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizado, como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

Para entender as concepções dos adolescentes sobre o bolsa família, buscamos ouvir meninas e meninos, para entender os impactos da condicionalidades da educação na vida desse jovens. Pensamos a principio abordar esses adolescentes em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ou na própria escola desses jovens, porém concluímos que nossa aproximação seria mais acessível em outra instituição. Pois, concluímos que seria mais simples, por conta da realização de estágio no local onde realizamos o grupo.

A aproximação aos adolescentes aconteceu no Grupo Amigo do Lar Pobre - GALP², que tem como publico alvo apenas crianças do sexo masculino. Local onde

² O GALP "Grupo Amigo do Lar Pobre", atende crianças e pré-adolescentes, com frequência regular a rede de ensino, que residem nos bairros do Paquetá, Vila Nova, Mercado, Centro, Vila Mathias e Saboó, cujas mães trabalham fora do lar ou apresentam situação social de risco. Fornecendo alimentação saudável, desenvolvendo atividades socioeducativas e de lazer, o GALP preenche o tempo livre desses estudantes promovendo melhoria da qualidade de vida, retirando-os das ruas e afastando o

temos contato pela realização de estágio. Contatamos a Assistente Social de instituição, apresentamos o projeto e indicamos o desejo de realizar o grupo no local, convidando também as irmãs dos adolescentes.

Após o primeiro contato, verificamos quantos adolescentes atingiam a idade desejada para o grupo, porém apenas 11 atingiam. E nenhuns desses adolescentes possuíam irmãs adolescentes. Sendo assim, optamos em fazer apenas com meninos, ainda que, a intenção inicial fosse contemplar meninos e meninas. Os TCLE foram enviados aos pais, que prontamente se disponibilizaram, exceto uma mãe, que recusou a autorizar seu filho a participar do grupo, por conta dos atrasos de pagamento do PBF.

Para a execução do grupo focal, construímos um questionário para nortear e facilitar o andamento da conversa. Para auxiliar a pesquisadora, foi convidada uma colega, para ser relatora do grupo. No dia em que se realizou o grupo, dos onze convidados, apenas seis compareceram. Esses adolescentes tinham a faixa etária de 12 a 16 anos, matriculados em diferentes escolas públicas em Santos. A participação foi condicionada à assinatura do Termo de Assentimento, ressaltando também contato anterior com as mães no sentido da autorização.

O grupo focal contou com os seguintes procedimentos metodológicos: roda de conversa, uma assistente que realizou a relatoria do grupo. A colega convidada faltou, por conta disso, a relatora que a substituiu foi a estagiaria de Serviço Social do GALP. Isso foi um dificultador, pois os adolescentes a requisitavam a todo o momento, dispersando a atividade.

Assim que se iniciou o grupo, os adolescentes se agitaram bastante e demonstraram muita dificuldade de concentração e com grande dispersão, o que dificultou a realização da atividade. Foi notado também, certo temor em responder, como se quisessem responder “certo”.

Quando foi avisado sobre a assinatura do termo de Assentimento, alguns imaginaram que a repercussão da pesquisa seria em grande escala, com

divulgações em meios de comunicação: “Tia, então não vou aparecer na TV? Não vou ser famoso?”, “Tia, eu quero aparecer!”. Foi interessante notar, que quando esclarecido que não teria esse tipo de repercussão, o adolescente se mostrou frustrado por não atingir a visibilidade desejada. Outra curiosidade foi que um adolescente pensou que após a execução do grupo, ele iria receber o PBF, visto os atrasos do pagamento do benefício de sua família. Após a realização do grupo focal, foi realizada a transcrição e estudo do instrumento para o desdobramento do trabalho.

2.2 Concepções dos Adolescentes sobre o Programa Bolsa Família

Os autores FELICETTI & VITÓRIO (2012), os programas de transferência de renda são ações relativamente novas no Brasil, que propõem uma resposta, ainda que de forma tímida e limitada a desigualdade social. Essa política introduz instrumentos para a inclusão social de grupos excluídos, melhorando suas vidas por meio da transferência de renda. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, sendo ele o principal programa social do atual governo federal, atendendo cerca de treze milhões de famílias em situação de pobreza.

Para ter acesso ao PBF as famílias assumem o cumprimento de algumas condicionalidades, como por exemplo, a manutenção das crianças e adolescentes na escola. Com a justificativa de com a Educação, a família possa romper o seu ciclo de pobreza.

Buscando compreender como o adolescente entende o Programa Bolsa Família, foi perguntado se eles conheciam o PBF, as respostas foram:

Adolescente 1- Eu sei mais ou menos, porque é minha mãe que toma conta disso

Adolescente 2- É o negocio que você recebe dinheiro né?

Adolescente 3- Conheço mais ou menos. É aquele negocio do cartão amarelo, não é tia?

Adolescente 4- Eu conheço mais ou menos.

Nota-se que minimamente os adolescentes sabem responder quando se pergunta o que é o PBF, mas quando perguntado sobre as condicionalidades, os adolescentes fazer assimilações referentes à sua vivencia e aplicabilidade do beneficio.

Adolescente 1- É esse negocio de ter que ir pra escola, se faltar, você para de receber.

Adolescente 2- Tem que comer também, porque minha mãe compra comida como dinheiro.

Adolescente 3- Comida, pra comer e poder ir pra escola. Se a minha mãe desse o dinheiro na minha mão ia gastar por ai.

Adolescente 4- Afirma que sim, e mais é muito pouco dinheiro que eles dão.

Adolescente 5- Afirma que sabe e relata que tem que ir pra escola e que não pode faltar.

Adolescente 6- Afirma que sabia.

Quando o adolescente relata a alimentação, ressalta a aquisição de suprimentos básicos para a sua sobrevivência, o adolescente logo relaciona o PBF à eventual melhora de condição de vida. Outra explicação sobre o que é a condicionalidade referente à educação, aparece quando o adolescente ressalta, “é esse negócio de ter que ir pra escola, se faltar, você para de receber.

A frequência escolar se torna algo formal e uma grande ameaça, pois o adolescente tem consciência da sanção que irá sofrer se por acaso sua permanência na escola não corresponder às exigências.

Como TELLES(1998) pontua, ocorre uma descaracterização dos direitos sociais, expressando uma falência dos serviços públicos. Nesse caso em especial, não foi discutido sobre o que os adolescentes entendiam sobre seus direitos. Mas,

podemos notar que a falência dos serviços públicos, quando a relação entre o adolescente e a escola, culmina em apenas obrigação.

Podemos verificar que os adolescentes elucidam o seu conhecimento sobre sua responsabilidade de frequentar a escola como forma de garantir o recebimento do benefício.

Adolescente 2- Não acho legal, porque tu ganha “mó” pouco.

Adolescente 3- Tu não acha legal? Ta recebendo dinheiro pra ir pra escola. O que você quer mais?? Eu acho legal, sim.

Adolescente 4- Se você não acha legal, então não ganha! Ta indo pra escola, aprendendo e ainda ganhando dinheiro.

Nota-se uma crítica de um adolescente por conta da quantia monetária irrisória. Imediatamente surgem intervenções questionando a legitimidade desta crítica. Revelando como os adolescentes têm concepção da contrapartida do PBF.

Esse fator do dever moral se demonstra na própria concepção da contrapartida colocando as condicionalidades como dever e obrigação, pois responsabiliza o beneficiário a cumprimento da contrapartida, reafirmando a presença do usuário no serviço público. Segundo SPOSATI (2002:13):

Passam a existir sanções e controles para permanências nos programas sociais, que oferecem oportunidades – mesmo que frágeis – e exigem responsabilidades – nem sempre poucas.

A autora pontua a questão da vinculação de direitos com obrigações e deveres que devem ser cumpridos. Porém, por mais que sinalizaram gostar dessa condicionalidade, ressaltaram que não gostam de cumprir o número de frequência exigido. E que em algum momento o PBF já foi cortado por conta da evasão escolar.

Adolescente 1- Já, minha avó perdeu o benefício, porque meu irmão faltou muitos dias. Ai perdeu o programa e acho que não ganhou mais nada.

Adolescente 2- Minha mãe foi cortada, porque a Dilma pegou o dinheiro todo, essa mulher roubou tudo e sumiu com o dinheiro.

Adolescente 3- Na verdade, acho que minha mãe nunca foi cortada.

Adolescente 4- Já sim, mês passado minha mãe não recebeu porque eu faltei demais. Ai ficamos sem receber o benefício.

Adolescente 5- Tia, minha mãe é que cuida disso aí.

Adolescente 6- Nunca foi cortada, mas também não está recebendo nada. Queria mesmo era matar essa Dilma.

Pontuando que essa falta de interesse na Escola pode se explicar, segundo SCHWARTZMAN (2015), pela inserção no mercado de trabalho, por conta da necessidade. Ou pelo fato deles não aprenderem e por isso a escola não tem sentido, o autor pontua que a educação tem um modo arcaico de avaliação, os alunos que não acompanham os estudos, são reprovadas e geralmente são pessoas que se encontram em situação de pobreza.

Segundo SCHWARTZMAN (2007), a apatia e o abandono escolar são atrelados a falta de investimento na educação. Para o autor:

Já é tempo de entender que política de renda e política educacional são coisas diferentes, e separar claramente as duas coisas, dando à área de educação os recursos e a prioridade que ela necessita.

Ou seja, tem de se pode pensar na qualidade da oferta da educação. Para que a escola possa se tornar mais atrativa aos adolescentes. Que nessa fase em especial se encontram em alguns dilemas. Segundo SCHWARTZMAN (2015), é a partir da adolescência em que o mercado de trabalho se torna mais atrativo, pois afloram nos adolescentes, maior necessidade financeira.

Como sinalizado por um adolescente “prefiro trabalhar e receber mais do receber o bolsa família”. SCHWARTZMAN (2015), essa falta de estímulo de

frequentar a escola é justamente pela escola não representar estímulo aos alunos. Sendo então, absorvida apenas como condição para acesso ao PBF.

Durante o grupo não foi trabalhado o conceito de direitos sociais. Embora os adolescentes falassem sobre suas concepções sobre o PBF, nenhum deles pronunciou essa palavra.

Para as autoras BOSCHETTI & TEIXEIRA (2011), embora os direitos sociais tenham tomado concretude na Constituição de 1988, não houve reconhecimento e afirmação destes direitos sociais. Nesse caso, podemos como hipótese, inferir a falta de informação ou estímulos ao adolescente para conhecer mais sobre seus direitos. Referente a essa afirmação, durante o grupo, um adolescente apontou “eu sei mais ou menos, por que é minha mãe que toma conta disso”. Nesse ponto, podemos analisar a mãe como figura central da família. Quando perguntado sobre o conhecimento do PBF, prontamente lembra-se de sua mãe e não enxerga sentido na pergunta. Para SILVA (2011:12)

Outro aspecto a ser problematizado é que o direito inalienável ao bem estar, de todo cidadão de sobreviver com dignidade, é colocado sob a responsabilidade da mulher, que se vê obrigada a administrar a família com valores monetários insuficientes.

Como SILVA (2011) pontua, a mulher passa ser a figura central do cuidado, sendo, por vezes, considerada culpada pela condição de pauperização da família. Acrescenta-se a isto, que o pagamento do benefício deve ser feito preferencialmente à mulher (BRASIL, 2004). Para PIRES(2002:32):

A responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades do programa, assumida como uma tarefa das mulheres, cria condições para que se estabeleçam vínculos entre as titulares do programa e o "mundo externo", notadamente o Estado, sem a intermediação de figuras masculinas como maridos, companheiros ou outros. Ao levar em conta esses aspectos, podemos considerar também a possibilidade de as mulheres alargarem um tipo de pertencimento que vai além daquele oferecido pela esfera do consumo ou pela maior autonomia nas decisões da casa.

A mulher se torna uma figura de referencia ao PBF no meio familiar. Durante o grupo, outra mulher se tornou protagonista do Programa, a atual Presidente, Dilma Rousseff.

Adolescente 1- eu não recebo bolsa família, a Dilma cortou

Adolescente 2- Minha mãe foi cortada, porque a Dilma pegou o dinheiro todo, essa mulher roubou tudo e sumiu com o dinheiro.

E ainda, ainda alguns adolescentes relataram o desejo de matar a presidente Dilma. Isso pode ser entendido, segundo o pensamento GRAMSCIANO, segundo BOLORINO (2012, 78):

O pensamento Gramsciano, é estruturado no principio de que as condições de existência do homem em sociedade são determinadas por uma série de fatores históricos, políticos e econômicos que estabelecem complexas relações sociais.

Ou seja, em meio dessas relações podemos entender que por múltiplos determinantes históricos são estabelecidas relações históricas. Essa relação que os adolescentes fizeram com a atual presidente, poderia ser direcionada a outra pessoa, caso o resultado eleitoral fosse outro.

Foi possível verificar e conhecer a concepção do Programa Bolsa Família pelos adolescentes com famílias inseridas no Programa. Esses adolescentes entendem suas responsabilidades, embora tenham criticas acerca da legitimidade do significado da escola em sua vida. Verifica-se que, se reconhecem como sujeitos, no que se refere à sua co-responsabilidade.

2.3 Articulação da condicionalidade da frequência e a Escola

O PBF tem como contrapartida a frequência escolar. Conforme CASTRO (et. Ali.2007, 78)

O PBF define o cumprimento de algumas condicionalidades relacionadas às áreas de saúde e educação. A expectativa, segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do Programa, é de que o cumprimento de condicionalidades tanto possibilite o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos como favoreça a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, configurando, assim, uma espécie de 'porta de saída' do Programa.

Segundo a legislação oficial do PBF, para garantir o recebimento do benefício crianças e adolescentes devem alcançar uma meta de frequência escolar. Para os autores FAHEL (et. Ali. 2011) as condicionalidades referentes à escolarização foi pensada como fruto em longo prazo, pois com maior nível de instrução poderiam romper com o ciclo intergeracional de pobreza. Dessa forma ocorreria ruptura via educação. Essa condicionalidade do Programa auxiliaria a entrada e permanência na escola.

Ao buscar garantir a permanência desses adolescentes na escola, o PBF objetiva o desenvolvimento habilidades/competências primordiais para a obtenção de trabalhos qualificados e mais bem remunerados no mercado de trabalho e, com isso, romperiam o ciclo intergeracional da pobreza.

Porém, será que a contrapartida da frequência é capaz de garantir a presença dos adolescentes na sala de aula? Quando perguntado se a condicionalidade da educação ajuda o aluno a frequentar a escola e se o ajudou a frequentar a escola, as respostas foram:

Adolescente 1- Não!

Adolescente 2-Eu acho que sim, porque a Escola vai atrás se faltar muito.

Adolescente 3- Ajuda, mas não gosto de ir pra escola.

Adolescente 4- Eu faltei mais de um mês, mandaram uma cartinha lá pra casa. Minha mãe ficou assustada quando viu minhas faltas, mais de 180 faltas! (Risos) Mas, acho que ajuda sim, por conta que eles vão atrás.

Adolescente 5 – Também acho, concordo com ele. Na minha escola é a mesma coisa, vão atrás se faltar muito.

Adolescente 6- Na minha escola é a mesma coisa. Se falta 6 dias, eles avisam o Conselho Tutelar.

Notamos que a exigência da frequência escolar é absorvida apenas como dever, que se ignorada, por certo haverá algum tipo de sanção. Não observamos um tipo de aproximação do adolescente com a escola que não seja pela obrigação, sendo a instituição escolar, algo que não os atraem. Quando perguntados, se os adolescentes gostavam de frequentar a Escola, obtemos respostas diferenciadas. Unanimemente os adolescentes gritaram que não e riram após a afirmativa.

Adolescente 1- Eu gosto de ir pra escola sabe por quê? Gosto de ir na Segunda e Terça, porque tem Educação Física. Se eu faço um desenho, é artes. Se vejo um filme, já sei inglês. Não sei pra que história, porque tenho que estudar gente morta?? Ciências? Isso eu já sei, vejo por aí. Geografia já sei onde é Brasil!

Adolescente 2-Eu gosto, tem ventilador, quadra. Mas eu ia gostar se eu pudesse estudar em casa. Escola em casa, não ia ser legal?

Adolescente 3- Eu não gosto de ir para a escola, porque tem que estudar. Pra mim, escola só deveria ensinar a ler e escrever. Depois disso, não deveria mais ir pra escola. Não ia ser bem melhor?

Adolescente 4-Eu gosto, mas só pra ir ver meus amigos e conversar. Mas, só gosto disso.

Adolescente 5- Eu gosto da escola. Gosto de aprender coisas novas, gosto mesmo.

Adolescente 6- Não gosto. Eu queria mesmo era estudar lá nos Estados Unidos, por que lá o estudo é melhor, ia ser bem melhor pra mim, ia aprender muito mais.

Podemos analisar a falta de investimento na Educação, ou seja, cada município é responsável pela oferta da educação, porém, se o município não repassa a verba necessária para proporcionar uma instituição capaz de atrair e criar crianças e adolescentes aptas para romper com o ciclo de pobreza. O adolescente não será capaz de romper com o ciclo de pauperização, devido a qualidade do serviço público prestado. Sendo assim a responsabilidade recaí para a família beneficiária. Segundo CASTRO (et. Ali.2007:32):

Um outro elemento a ser destacado é que, embora o município assine um termo de adesão ao Programa comprometendo-se a ofertar adequadamente os serviços básicos previstos nas condicionalidades, a legislação não prevê ações de responsabilização e punição para os municípios inadimplentes. Dessa forma, é sobre as famílias que recai, quase exclusivamente, a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades.

Nessa perspectiva, quando o adolescente responde ironicamente que gosta de ir para a escola, porque não se sente desafiado, certamente isso se dá pela falta de investimento na Educação, evidenciando a apatia tanto da escola, por não prover um ensino de qualidade, quanto do aluno que não vê sentido no que está sendo ofertado a ele, enquanto educação.

Para PIRES (2012), a efetividade da condicionalidade da frequência escolar, que tem como pressuposto a superação da pobreza, deve se considerar a qualidade do ensino oferecido, isso é algo inexistente no desenho dos Programas de Transferência de Renda Condicionados. Para SCHWARTZMAN (2009, 10)

Todas as pesquisas mostram que a população valoriza muito a educação, e de fato a permanência das pessoas nas escolas vem aumentando ano a ano, independentemente da existência ou não de bolsa escola ou subsídio semelhante. Os problemas da educação estão do lado da oferta – a má qualidade das escolas públicas, os problemas de recrutamento e formação de professores, a ignorância em relação aos métodos de ensino mais apropriados, etc. O mesmo pode ser dito em relação à saúde. Havendo boas escolas e serviços de saúde acessíveis, a população naturalmente buscará estes serviços.

Para o autor, os programas como o PBF, não deveriam possuir condicionalidades, deveriam apenas garantir a transferência de renda, uma vez que essas contrapartidas não estão conjugadas com uma política educacional de melhoria da qualidade de ensino. Sendo que o acesso da população se daria naturalmente aos serviços públicos se houvesse maior investimento. Para BOLORINO (2012, 86)

A questão da qualidade do ensino certamente envolve diversos fatores, especialmente relacionados à própria estrutura da política de educação, ou seja, os salários, as

condições de trabalho, incluindo a formação dos educadores.

Ou seja, a condicionalidade de frequência escolar, deve ser entendida amplamente, quantidade não é qualidade. Difícilmente a frequência condicionará o rompimento da pobreza. Segundo SCHWARTZMAN (2015, 45)

Os resultados destes programas, no entanto tem sido decepcionantes. No Brasil, como em outros países, estes programas podem resultar em um pequeno aumento da frequência escolar entre setores de renda mais baixa, mas não mostram resultados detectáveis na melhoria do desempenho escolar.

A condicionalidade da educação pode ter reforçado o acesso a escola, aumentando o número de frequência, mas ao mesmo tempo não proporciona qualidade para a ruptura do ciclo de pauperização. Segundo LIBÂNEO (2012:67):

As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo, da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola devido ao impacto dos fatores infra escolares na aprendizagem.

É neste sentido que o autor pontua o “direito de conhecimento é a aprendizagem substituída por aprendizagens mínimas para a sobrevivência”. Neste caso, podemos notar baixos investimentos, para suprir apenas conhecimentos básicos, como ler e escrever.

Adolescente 3 Eu não gosto de ir para a escola, porque tem que estudar. Pra mim, escola só deveria ensinar a ler e escrever. Depois disso, não deveria mais ir pra escola. Não ia ser bem melhor?

Essa fala reforça a ideologia, de que aprendizagens mínimas e também a falta de estímulo pela escola. Segundo BOLORINO (2012:81)

Para GRAMSCI a educação deveria ser conduzida, para além do conhecimento das ciências e técnicas produtivas, com o intuito de fornecer meios para reflexão crítica do indivíduo a dos meios sociais que o envolve. Dessa forma, a educação atingiria seu ápice quando o cidadão atingiria no ponto em que o indivíduo se instrumentaliza

para exercer sua cidadania e se entender como ator de seus direitos e não como ser manipulável.

Essa instrumentação se daria pela qualidade de ensino e não por exigir apenas presença. Quando perguntado se a contrapartida da frequência escolar ajuda a ir para a escola, podemos verificar críticas relacionadas a essa condicionalidade:

Adolescente 1 –Eu queria saber o porque é obrigado.Não acho certo obrigar a ir pra Escola, lá é muito chato.

Adolescente 2- É pra você não trabalhar, tu recebe e vai estudar. É que nem um trabalho, tu recebe, mas tem que estudar.

Adolescente 3-Não devia ser obrigado, vai quem quer!!Oxi, não devia obrigar a ir. Ainda, bem que não to recebendo.

Adolescente 5- Eu acho ruim, porque tem que ir pra escola.

Adolescente 6-Eu queria esse dinheiro pra comprar roupa pra mim, não gosto de ter que ir pra escola. Mas, eu acho bom ter a obrigação de ir.

Curiosamente, um adolescente até exalta os atrasos do PBF, pois assim, ele não teria de ir para a escola, sem o benefício ele não seria pressionado. Interessante notar também crítica relacionada à obrigatoriedade da frequência. Um adolescente justifica e tenta naturalizar a obrigação, relacionando-a com a formalidade de um emprego registrado. Conforme, PIRES (2013, 525)

Há o estabelecimento de um ciclo de troca e reciprocidade numa dimensão temporal, em que se configura claramente momento de dar, de receber e de retribuir.

Indicando assim, que a participação do PBF é absorvida pelos adolescentes por uma ação de reciprocidade, os adolescentes o têm como uma forma troca, a frequência em troca do benefício. Para PIRES (2013:530)

A exigência de frequência escolar até os 17 anos tem sido eficaz para fazer com que crianças e jovens cobertos pelo programa frequentem escola, sobretudo, quando

comparamos com crianças e jovens de mesma idade e com a mesma renda.

Por mais que os adolescentes reafirmaram seu descontentamento com a frequência escolar, todos viam sentido em ir para a Escola, pois tinham diferentes ambições futuras.

Adolescente 1- Vai me ajudar sim, porque quero estudar no exterior. Ops, estudar não. Quero trabalhar!

Adolescente 2- Ajudou sim, porque tem que saber ler e escrever.

Adolescente 3- Acho que sim, mas acho muito chato ter que ir pra escola.

Adolescente 4 – Mesmo não gostando, acho que pode ajudar sim. Mas, acho que estudar nos Estados Unidos poderia ser melhor.

Adolescente 5- Não, acho escola ruim, poderia trabalhar e tá ganhando dinheiro.

Adolescente 6- Ajuda sim, aprendi muita coisa e um dia espero estar na faculdade.

Salienta-se que, por mais que há críticas com a Escola, quase todos os adolescentes concordaram que a instituição escolar é importante para o seu futuro. Para MARQUES & MAIA (2011) existe um paternalismo centrado em que os indivíduos pobres, não têm concepção do que é melhor para eles. Ou seja, por mais que existam críticas a serem feitas, os adolescentes afirmam o papel fundamental da educação, naturalizando a apatia sobre a escola.

Apenas um adolescente manifestou seu desejo de trabalhar e assim garantir uma renda maior, sem se importar com a perda do benefício, elucidando assim, mais uma manifestação da relação de troca na relação entre beneficiário e benefício.

Para as autoras CASTRO, et. AlI (2007:168)

A principal polêmica em torno das condicionalidades do PBF aparece, por um lado, no reconhecimento de que as mesmas têm potencial de pressionar a demanda sobre os serviços de educação e saúde, o que, de certa forma,

pode representar uma oportunidade ímpar para ampliar o acesso de um contingente importante da população aos circuitos de oferta de serviços sociais.

A condicionalidade da educação pode ser considerada um bom instrumental para garantia e o aumento do exercício da cidadania, pois aumentaria a assiduidade do cidadão nos serviços públicos. Resguardando o direito do adolescente de permanecer na Escola. Porém, é de se pensar na qualidade do serviço prestado, em aumentar os investimentos em educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos um percurso para buscar compreender os programas sociais e discorremos sobre a expansão de medidas de seguridade social que se dá no período do pós Segunda Guerra Mundial (1945), no que consiste a experiência de construção do Welfare State. Vimos a implementação de programas sociais em diferentes países e também no Brasil, com ênfase no PBF, visto nossos objetivos neste Trabalho. Algo em comum dos países latinos são os programas de transferência de renda, focalizados nos mais pobres, permanência limitada da família inserida no programa e também as condicionalidades.

No primeiro capítulo, refletimos a inserção do Estado na economia, com a criação da política social e a criação dos programas sociais. Notou-se claramente as diferenças de implementação entre os países europeus e os países Latinos. Tendo como a maior diferença a focalização é, pois os países latinos buscaram dar respostas imediatas as desigualdades impostas, sem a garantia da concretização de seus direitos, implementando os Programas sociais que por vezes trouxe o viés da refilantropização dos direitos sociais, tal como o Programa Comunidade Solidária, implementada no Brasil nos anos 90.

SPOSATI (1996), pontua que só haverá superação da pobreza, no caso de ruptura com o sistema vigente, porém é inegável o ganho para a política social brasileira dos anos de 1990, a inserção de políticas de enfrentamento a pobreza. Porém, dentre as críticas encontra-se a falta de concretização e a focalização dos programas sociais.

Após essas reflexões, partimos para a realização do grupo focal. Durante a realização, conhecemos a realidade de um pequeno grupo de adolescentes, que prontamente responderam as questões sobre o PBF. Ficou claro que os adolescentes sabiam de seu papel na contrapartida da educação, mas também ficou claro, que o cumprimento da condicionalidade é apenas formal. A escola está longe de ser um local desafiador para os adolescentes que a tratam de maneira apática. Logo, o ciclo de pauperização não irá se romper apenas levando em conta a frequência escola.

Com este estudo, acreditamos que a condicionalidade da educação é falha, por não significar o rompimento do ciclo de pauperização, podendo ser mais um mecanismo de desigualdade, além de poder gerar outro símbolo de autoritarismo. A condicionalidade, como obrigatoriedade, na maioria das vezes, pode tornar a relação com a Escola formal, como uma obrigação a ser cumprida e um “policiamento” das famílias que vivem em situação de pobreza, fomentando a ideologia da subalternidade e marginalização da pobreza.

Outra coisa que consideramos importante salientar é o papel do Assistente Social, trabalhador que lida com o cotidiano dessas famílias, inseridas no Programa. Cabe ao profissional realizar articulações com as famílias no sentido de organizar e manifestar seus direitos, por uma educação de qualidade!

REFERÊNCIAS

BRASIL (MDS). <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>> Acesso: 05/06/2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Legislação e Documentos - INEP:
<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2013/country_note_brazil_pisa_2012.pdf> Acesso 06/06/2015.)

BEHRING E.R & BOSCHETTI I. **Política social: fundamentos e história**/ Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. 9ªed.São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca básica serviço social; v,2)

BOLORINO, E. **Educação e serviço social: Elo para a construção da cidadania**/Eliana Bolorino, Canteiro Martins, São Paulo Editora Unesp,2012.

CARNELOSSI. N.C.B; BERNARDES. M.E.M. **A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do Programa Bolsa Família**. Florianópolis (SC), vol. 32. Perspectiva, 1,-, jan./abr. 2014, p.285-313.

GODIM. G.S.M. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios Metodológicos**. Universidade Federal da Bahia. BA. Paideia, 2013, 12(24), 149-161.

GODOY. S.A. **Pesquisa Qualitativa - Tipos fundamentais**. São Paulo. Revista de Administração de Empresas v.35, n.3, p.20-29.

KERTENELZKY, L. C. **Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família.** Rio de Janeiro, Revista de Ciências Sociais Vol. 52, no 1, 2009, pp. 53 - 83.

LAVINAS, L., VARSANO, R. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 534).

LAVINAS, Lena. **Programas de garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 596).

LIBANEO, J.C. **O Dualismo perverso da escola pública brasileira: a escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n 1, p 13-28, Jan/ Marc 2008.

MEDEIROS, A.R.M. **Condicionalidades nos programas de transferência de renda: tensão entre direitos e controle dos pobres.** Porto Alegre (RS). Tese de doutorado 2008.

MOTA, E. A. **O Mito da Assistência social: Ensaio sobre o Estado, Política e Sociedade/** Ana Elizabete Mota (Org.). 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2010:181 - 191.

MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social/** Carlos Montaña, Maria Lucia Duriguetto. —2.ed.---São Paulo: Cortez 2011 (biblioteca básica de serviço social; v 5)

NOGUEIRA, M. A. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 82. São Paulo: Cortez, 2005. p. 5-21

PEREIRA, POTYARA A.P. **Políticas Sociais: temas & questões/** Potyara A.P Pereira-2ªed.-São Paulo: Cortez, 2009.

PIRES. A. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Rio de Janeiro (rj), Educ. v. 21, n. 80, jul./set. 2013, p. 513-532.

ROCHA, S. **Transferências de renda: o fim da pobreza.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SENNA, M.C.M & BURLANDY, L. & MONNERAT, G.L. & MAGALHÃES, R. & SCHOTTZ V. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Florianópolis (SC), Revista Katál. v. 10 n. 1 jan./jun. 2007, p. 86-94.

SILVA, MARIA OZANIRA. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda/** Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbek, Geraldo di Giovanni- São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI. O. A (Org.). **Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997, p. 109 á 154.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 436).

SCHWARTZMAN, S. **Bolsa Família: mitos e realidades.** Interesse Nacional, v. 2, n. 7, dez. 2009. p. 20-28.

_____. **Programas sociais voltados à educação no Brasil.** Rio de Janeiro-RJ Sinais Sociais. SESC (serviço social do comercio) 1:114-145

_____ & COSSIO B.M. **Juventude, educação e emprego no Brasil**, Jun, 01, 2015, Cadernos Adenauer- Geração Futuro; vol. VII- p. 51-66

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília: IPEA, 2009.

TELLES, V. S. **Direitos sociais. Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

TRINDADE, J. D. de L. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2011. 3.ed.

VEIGA. L. & GONDIM, S.M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública. 2(1). São Paulo, 2001- p. 1-15.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras**. In: Revista São Paulo em Perspectiva, 18 (2): 104-112.

ZIMMERMANN, C. & SILVA, M.C. **As experiências de renda mínima na redução da pobreza**. Revista Espaço Acadêmico, a.VII, n.82, p.5, 2008, mar. 2008

_____. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do bolsa Família do governo Lula no Brasil.** In: Sur – revista internacional de direitos humanos, São Paulo, Ano 3, n. 4, 2006, p. 144-159.

_____,& CRUZ M.. **O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha.** Revista Espaço Acadêmico, nº 84, dezembro/ 2009.

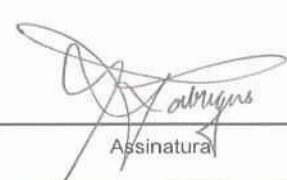

ANEXOS/APÊNDICES

1. Parecer Plataforma Brasil



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes		2. Número de Participantes da Pesquisa: 10	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Terezinha de Fátima Rodrigues			
6. CPF: 633.154.756-87		7. Endereço (Rua, n.º): CAPITAO JOAO SALERMO PONTA DA PRAIA 38 - apto 66 SANTOS SAO PAULO 11030440	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (13) 3307-7565	10. Outro Telefone:
		11. Email: terodrigues@ig.com.br	
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>14</u> / <u>07</u> / <u>2015</u></p> <p style="text-align: right;"> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Universidade Federal de São Paulo		14. CNPJ: <u>60.453.032/0001-74</u>	15. Unidade/Órgão: Instituto de Saúde e Sociedade
16. Telefone: (13) 3878-3810		17. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>Guaracy Pereira Furtado</u> CPF: <u>529.684.216-20</u></p> <p>Cargo/Função: <u>Chefe de Departamento</u></p> <p>Data: <u>17</u> / <u>07</u> / <u>2015</u></p> <p style="text-align: right;"> Assinatura</p> <p style="text-align: right;">Prof. Dr.ª Tania Maria Ramos de Godoi Diniz SIAPE 18.740.851 Vice-Chefe Depto de Políticas Públicas e Saúde Coletiva UNIFESP- Campus Baixada Santista</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

2. Termos de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE

P/ o responsável pelo adolescente

Eu, _____, R.G. _____ concordo que meu filho/filha participe do Projeto “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes” de REBECA FARIAS DE OLIVEIRA, aluna no curso de Serviço Social no Campus Baixada Santista – UNIFESP, sob a orientação da Prof.^a. Dra. TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES, do curso de Serviço Social no Campus Baixada Santista – UNIFESP, sito à R. Silva Jardim, nº 136, Vila Matias, em Santos/SP. Apresenta como objetivo geral, conhecer a compreensão de adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família sobre a condicionalidade relativa à educação. Dentre os específicos, verificar qual a concepção do Programa Bolsa Família pelos adolescentes com famílias inseridas no Programa; conhecer as concepções dos adolescentes sobre as condicionalidades, com destaque para a educação; como o adolescente se coloca como sujeito no que se refere às suas corresponsabilidades e verificar como os adolescentes veem em suas vidas, o papel da Escola.

Fui informado (a) sobre o Projeto e o que consiste a participação de meu/minha filho/filha. Que, em qualquer etapa deste estudo, terei acesso ao pesquisador e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, sito à R. Silva Jardim, 133/166- Vila Matias - Santos/SP. Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFESP - Rua Botucatu, 572 -1º andar – cj 14 – fones: (11) 5571-1062, FAX: (11) 5539-7162. E-mail: cepunifesp@unifesp.br.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes; que a participação de meu filho/filha ocorrerá em uma conversa – grupo focal (fui esclarecido do que se trata um grupo focal), com duração aproximada de 60 min, gravada, sendo as informações posteriormente transcritas para análise; que esta participação é isenta de riscos e ônus financeiros com garantia do anonimato, fidelidade e respeito aos conteúdos abordados.

Concordo que meu filho/filha participe e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo sem penalidades ou prejuízo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Assinatura da pesquisadora

3. Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido

P/ o adolescente

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Eu, _____, R.G. _____ concordo voluntariamente em participar do Projeto “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: impactos na vida dos adolescentes” de REBECA FARIAS DE OLIVEIRA, aluna no curso de Serviço Social no Campus Baixada Santista – UNIFESP, sob a orientação da Prof.^a Dra. TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES, do curso de Serviço Social no Campus Baixada Santista – UNIFESP, sito á R. Silva Jardim, nº 136, Vila Matias, em Santos/SP. Apresenta como objetivo geral, conhecer a compreensão de adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família sobre a condicionalidade relativa à educação. Dentre os específicos, verificar qual a concepção do Programa Bolsa Família pelos adolescentes com famílias inseridas no Programa; conhecer as concepções dos adolescentes sobre as condicionalidades, com destaque para a educação; como o adolescente se coloca como sujeito no que se refere às suas corresponsabilidades e verificar como os adolescentes veem em suas vidas, o papel da Escola.

Fui informado (a) que, em qualquer etapa deste estudo, terei acesso ao pesquisador e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, sito à R. Silva Jardim, 133/166- Vila Matias - Santos/SP. Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFESP - Rua Botucatu, 572 -1º andar – cj 14 – fones: (11) 5571-1062, FAX: (11) 5539-7162. E-mail: cepunifesp@unifesp.br.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes; que minha participação ocorrerá na forma de um encontro com outros adolescentes – uma técnica denominada Grupo Focal, com duração aproximada de 60 min, gravado, sendo as informações posteriormente transcritas para análise; que esta participação é isenta de riscos e ônus financeiros com garantia do anonimato, fidelidade e respeito aos conteúdos abordados.

Concordo voluntariamente em participar e poderei retirar o meu assentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo sem penalidades ou prejuízo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Santos ____/____/____.

Assinatura participante

Assinatura da pesquisadora

4. Roteiro de Questões - Grupo Focal

1. Você conhece o Programa Bolsa Família?
2. Sabe das obrigações / condicionalidades para que sua família esteja e permaneça no Programa?
3. Você acha legal ter estas obrigações/condicionalidades?
4. Você sabe sobre a condicionalidade relativa à frequência escolar das crianças e adolescentes que estão no Programa?
5. Você acha que isto ajuda o aluno a ir para a Escola? Te ajudou?
6. O que você acha da Escola? Gosta de ir e estar na Escola?
7. Como você vê sua obrigação de estar na Escola para que sua família continue no Programa Bolsa Família?
8. A Escola acompanha você sobre sua frequência. Em caso de ter faltado muitas aulas, alguém da Escola conversou com você ou chamou alguém de sua família para saber o que estava acontecendo?
9. Sua família alguma vez já foi cortada do Programa porque você ou seus irmãos deixaram de frequentar a escola? Se sim, fale um pouco sobre isto.
10. O que pensa que a Escola te ajuda quanto ao seu futuro?

5. Relatoria do grupo focal

1. Você conhece o Programa Bolsa Família?

Os participantes começaram a se agitar, tentando responder a questão.

Adolescente 1- Eu sei mais ou menos, pq é minha mãe que toma conta disso

Adolescente 2- É o negocio que você recebe dinheiro né?

Adolescente 3- Conheço mais ou menos. É aquele negocio do cartão amarelo, não é tia??

Adolescente 4- Eu conheço mais ou menos.

Adolescente 5- Afirmo que conhece, mas não queria detalhar o quanto sabia do programa.

Adolescente 6-Afirmo com a cabeça que sim. Quando é questionado novamente.

2. Sabe das obrigações / condicionalidades para que sua família esteja e permaneça no Programa?

Adolescente 1- É esse negocio de ter que ir pra escola, se faltar, vc para de receber.

Adolescente 2- Tem que comer também, porque minha mãe compra comida como dinheiro.

Adolescente 3- Comida, pra comer e poder ir pra escola. Se a minha mãe desse o dinheiro na minha mão ia gastar por aí.

Adolescente 4- Afirmo que sim, e mais é muito pouco dinheiro que eles dão.

Adolescente 5- Afirmo que sabe e relata que tem que ir pra escola e que não pode faltar.

Adolescente 6- Afirmo que sabia.

3. Você acha legal ter estas obrigações/condicionalidades?

Adolescente 1-Não é chato!!!

Adolescente 2- Não acho legal, porque tu ganha “mó” pouco.

Adolescente 3-Tu não acha legal? Ta recebendo dinheiro pra ir pra escola, o que você quer mais?? Eu acho legal, sim.

Adolescente 4-Se você não acha legal, então não ganha! Ta indo pra escola, aprendendo e ainda ganhando dinheiro. (Concordando com o colega)

Adolescente 5- Não gosto de ter que ir pra escola. Ano passado “bolei” setembro inteiro, ta ligado? Ficava na praia com os “moleques”.

Adolescente 6- Eu gosto de ir para escola, mas nem me preocupo. Quem cuida do dinheiro é minha mãe.

4. Você sabe sobre a condicionalidade relativa á frequência escolar das crianças e adolescentes que estão no Programa?

Adolescente 1 –Eu queria saber o porque é obrigado.Não acho certo obrigar a ir pra Escola, lá é muito chato.

Adolescente 2- É pra você não trabalhar, tu recebe e vai estudar. É que nem um trabalho, tu recebe, mas tem que estudar

Adolescente 3-Não devia ser obrigado, vai quem quer!!Oxi, não devia obrigar a ir. Ainda, bem que não to recebendo.

Adolescente 5- Eu acho ruim, porque tem que ir pra escola

Adolescente 6-Eu queria esse dinheiro pra comprar roupa pra mim, não gosto de ter que ir pra escola. Mas, eu acho bom ter a obrigação de ir.

5. Você acha que isto ajuda o aluno a ir para a Escola? Te ajudou?

Adolescente 1- Não!

Adolescente 2-Eu acho que sim, porque a Escola vai atrás se faltar muito.

Adolescente 3- Ajuda, mas não gosto de ir pra escola.

Adolescente 4- Eu faltei mais de um mês, mandaram uma cartinha lá pra casa. Minha mãe ficou assustada quando viu minhas faltas, mais de 180 faltas! (risos) Mas, acho que ajuda sim, por conta que eles vão atrás.

Adolescente 5 – Também acho, concordo com ele. Na minha escola é a mesma coisa, vão atrás se faltar muito.

Adolescente 6- Na minha escola é a mesma coisa.Se falta 6 dias, eles avisam o Conselho Tutelar.

6. O que você acha da Escola? Gosta de ir e estar na Escola?

Unanimemente os adolescentes gritaram que não, e riram após perante afirmativa.

Adolescente 1- Eu gosto de ir pra escola sabe por quê? Gosto de ir na Segunda e Terça, porque tem Educação Física. Se eu faço um desenho, é artes. Se vejo um filme, já sei inglês. Não sei pra que história, porque tenho que estudar gente morta?? Ciências? Isso eu já sei, vejo por ai. Geografia já sei onde é Brasil!

Adolescente 2-Eu gosto, tem ventilador, quadra. Mas eu ia gostar se eu pudesse estudar em casa. Escola em casa, não ia ser legal?

Adolescente 3- Eu não gosto de ir para a escola, porque tem que estudar. Pra mim, escola só deveria ensinar a ler e escrever. Depois disso, não deveria mais ir pra escola. Não ia ser bem melhor?

Adolescente 4-Eu gosto, mas só pra ir ver meus amigos e conversar. Mas, só gosto disso.

Adolescente 5- Eu gosto da escola. Gosto de aprender coisas novas, gosto mesmo.

Adolescente 6- Não gosto. Eu queria mesmo era estudar lá nos Estados Unidos, por que lá o estudo é melhor, ia ser bem melhor pra mim, ia aprender muito mais.

7. Como você vê sua obrigação de estar na Escola para que sua família continue no Programa Bolsa Família?

Adolescente 1-Eu acho uma “droga”.

Adolescente 2- Eu falto muito (risos)Não gosto de ir na escola, já faltei um mês todinho pra ficar na praia com meus amigos.

Adolescente 3-Não gosto, não gosto da escola.

Adolescente 4- Por mim não tem problemas, porque gosto de ir pra escola, então não se torna uma obrigação.

Adolescente 5-Eu não gosto de ir pra escola, então não gosto de ser obrigado a ir pra escola.

8. A Escola acompanha você sobre sua frequência. Em caso de ter faltado muitas aulas, alguém da Escola conversou com você ou chamou alguém de sua família para saber o que estava acontecendo?

Adolescente 1-Quando eu faltei o mês todo, chegou um papelzinho para minha mãe, ela ficou muito triste. Eu ia pra praia com meus amigos, “tá ligado”?

Adolescente 2- Eu também, já faltei e a escola falou com a minha mãe.

Adolescente 3- Eu não posso faltar seis dias, se não a escola já vem atrás.

Adolescente 4- (risos) claro, não dá nem pra faltar muito.

Adolescente 5- É verdade, a escola controla isso sim.

Adolescente 6- Afirma que nunca teve esse problema, mas relata que já viu isso acontecer com seus colegas.

9. Sua família alguma vez já foi cortada do Programa porque você ou seus irmãos deixaram de frequentar a escola? Se sim, fale um pouco sobre isto.

Os adolescentes se agitaram novamente, dizendo que todos em algum momento já perderam o benefício por conta da condicionalidade referente à frequência escolar.

Adolescente 1- Já, minha avó perdeu o benefício, porque meu irmão faltou muitos dias. Ai perdeu o programa e acho que não ganhou mais nada.

Adolescente 2- Minha mãe foi cortada, porque a Dilma pegou o dinheiro todo, essa mulher roubou tudo e sumiu com o dinheiro.

Adolescente 3- Na verdade, acho que minha mãe nunca foi cortada.

Adolescente 4-Já sim, mês passado minha mãe não recebeu porque eu faltei demais. Ai ficamos sem receber o benefício.

Adolescente 5- Tia, minha mãe é que cuida disso aí.

Adolescente 6- Nunca foi cortada, mas também não está recebendo nada.Queria mesmo era matar essa Dilma.

10. O que pensa que a Escola te ajuda quanto ao seu futuro?

Adolescente 1- Vai me ajudar sim, porque quero estudar no exterior. Ops, estudar não. Quero trabalhar!

Adolescente 2- Ajudou sim, porque tem que saber ler e escrever.

Adolescente 3- Acho que sim, mas acho muito chato ter que ir pra escola.

Adolescente 4 – Mesmo não gostando, acho que pode ajudar sim. Mas, acho que estudar nos Estados Unidos poderia ser melhor.

Adolescente 5- Não, acho escola ruim, poderia trabalhar e tá ganhando dinheiro.

Adolescente 6- Ajuda sim, aprendi muita coisa e um dia espero estar na faculdade.